33º SIMULADO OAB 2016.1

1 DE FEVEREIRO DE 2016

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h e encerramento às 12h. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:30hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 1/fev e extinguir-se-á às 13hs do dia 2/fev. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 3/fev.
13. O resultado oficial será enviado por e-mail até às 18hs do dia 3/fev.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 1/fev | 9h - 12h | Simulado |
| 1/fev | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 2/fev | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 3/fev | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 3/fev | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. Sobre a organização administrativa no chamado primeiro setor, temos a presença da Administração Pública Direta e Indireta. Sobre esse tema, podemos concluir que as agências reguladoras:**

(A) são autarquias de regime comum criadas por lei específica, através de descentralização por lei.

(B) são autarquias de regime especial criadas por lei específica, através de descentralização por contrato.

(C) são autarquias de regime especial criadas por lei específica, através de descentralização por lei.

(D) são autarquias de regime comum criadas por lei específica, através de desconcentração por lei.

**2. Sobre os órgãos públicos temos várias características essenciais, uma delas é a presença da teoria do órgão. Sobre essa teoria podemos concluir:**

(A) que os órgãos públicos são pessoas jurídicas de direito privado.

(B) que os órgãos públicos são pessoas jurídicas de direito público interno.

(C) que os órgãos públicos são pessoas jurídicas de direito público externo.

(D) que os órgãos públicos são entidades despersonalizados criados por lei, através de desconcentração.

**3. As entidades da Administração Pública indireta têm várias obrigações. Sobre esse tema marque a assertiva correta.**

(A) Essas entidades têm o dever de licitar sempre.

(B) Essas entidades têm a obrigação de licitar antes da celebração dos contratos de direito público, exceto nos casos previstos em lei.

(C) Os agentes da administração pública indireta devem ser concursados. Essa regra não comporta exceção.

(D) Somente os atos das entidades de direito público devem ser motivados.

**4. Sobre o tema agentes públicos:**

(A) Os agentes das sociedades de economia mistas são servidores públicos de cargo efetivo.

(B) Os agentes empresas públicas são servidores públicos de cargo efetivo.

(C) Os agentes da Administração Pública Direta são empregados públicos.

(D) Os agentes das autarquias são servidores públicos de cargo efetivo.

**5. Sobre a relação existente entre a Administração Pública Direta e Indireta, podemos concluir que há:**

(A) hierarquia com subordinação entre tais seguimentos da Administração.

(B) hierarquia sem subordinação entre tais seguimentos da Administração.

(C) vinculação entre tais seguimentos da Administração, contudo, sem possibilidade de controle em razão da autonomia administrativa.

(D) vinculação entre tais seguimentos da Administração, onde a Administração Direta pode controlar a Indireta em razão do princípio da tutela.

**6. Sobre os atos administrativos, podemos concluir que os mesmos podem ser nulos ou anuláveis. Em regra o ato administrativo que tem vício no elemento finalidade deve ser:**

(A) anulado, pois trata-se de vício sanável.

(B) convalidado, pois trata-se de vício que não pode ser sanado.

(C) anulado, pois trata-se de vício que não pode ser sanado.

(D) revogado, pois é inválido.

**7. Quanto aos atributos do ato administrativo a tipicidade se destaca. Sobre essa:**

(A) Os atos devem ser praticados em estrita conformidade com a constituição.

(B) Os atos devem ser praticados em estrita conformidade com a lei.

(C) Os atos devem ser praticados em estrita conformidade com a lei, exceto os casos de interesse público.

(D) Os atos devem ser praticados em relativa conformidade com a lei.

**8. Sobre o tema extinção dos atos administrativos, por isso:**

(A) a Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, exceto por acordo das partes.

(B) os atos que foram anulados, em regra se originam direitos.

(C) a Administração pode revogar seus atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

(D) os atos podem ser revogados pelo Poder Judiciário quando eivados de ilegalidade.

**9. Tanto a Administração Pública, quanto o Poder Judiciário têm prazo para anular os atos administrativos. Sobre esse prazo podemos concluir:**

(A) O prazo para ambos é comum de 5 (cinco) anos e tem natureza decadencial.

(B) O prazo para ambos é comum de 3 (três) anos e tem natureza prescricional.

(C) O prazo para ambos é comum de 5 (cinco), contudo, o prazo para o Poder Judiciário tem natureza prescricional e o prazo da Administração Pública tem natureza decadencial.

(D) O prazo para ambos é de 5 (cinco), variando a início de contagem. O prazo para o Poder Judiciário tem natureza prescricional e o prazo da Administração Pública tem natureza decadencial.

**10. Sobre a convalidação dos atos administrativos:**

(A) em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

(B) em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

(C) os vícios de finalidade em regra podem ser convalidados.

(D) os vícios de forma em regra não podem ser convalidados.

**Constitucional**

**11. De acordo com a teoria geral sobre o controle de constitucionalidade brasileiro, assinale a alternativa incorreta:**

(A) O princípio da reserva de plenário deve ser respeitado tanto no controle difuso quanto no concentrado, não sendo necessário observá-lo na hipótese de não-recepção de normas anteriores à Constituição.

(B) Quando o Supremo Tribunal Federal declara a inconstitucionalidade incidental de uma lei ou ato normativo, tem o dever de informar ao Senado Federal, para que este possa editar resolução que terá como objeto a suspensão da norma declarada inconstitucional.

(C) O partido político, como legitimado ativo universal, está dispensado de comprovar a pertinência temática exigida para alguns legitimados especiais, entretanto, para ajuizar as ações do controle concentrado, deverá estar representado nas duas Casas Legislativas.

(D) Não existe possibilidade de desistência do pedido nas ações do controle concentrado de constitucionalidade, tendo em vista que a proteção da Constituição é matéria de ordem pública.

**12. Com relação ao fenômeno da mutação constitucional, analise as alternativas a seguir e assinale a correta:**

(A) A mutação constitucional deve respeitar as cláusulas pétreas, bem como a essência do texto da própria Constituição Federal, sob pena de se tornar inconstitucional.

(B) Mutação constitucional é um processo formal de mudança da constituição, por meio do qual são atribuídos novos sentidos, conteúdos até então não ressalvados à letra da Constituição.

(C) A interpretação constitucional evolutiva, também denominada de mutação constitucional, implica alteração no texto constitucional, e não na interpretação da regra.

(D) A mutação constitucional não representa quebra de paradigmas implementados pelo positivismo jurídico.

**13. Sobre os denominados “Remédios Constitucionais”, marque a assertiva incorreta.**

(A) Embora apenas o cidadão tenha legitimidade para ajuizar a ação popular, o Ministério Público pode, havendo a desistência da ação por parte do autor, prosseguir no feito.

(B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bastando, para se configurar essa representação, a existência de um único parlamentar filiado ao partido em uma das Casas Legislativas.

(C) Poderá ser impetrado Habeas corpus em favor de pessoa jurídica.

(D) Qualquer pessoa do povo, nacional ou estrangeira, independentemente de capacidade civil, política, idade, sexo, profissão ou estado mental pode fazer uso do habeas corpus, não sendo permitida, entretanto, a impetração apócrifa.

**14. Acerca dos direitos da nacionalidade, considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que:**

(A) Um brasileiro naturalizado pode vir a ser considerado brasileiro nato se residir no Brasil e optar, a qualquer tempo, depois de atingir a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

(B) É privativo de brasileiro nato o cargo de juiz de direito.

(C) Aos portugueses com residência permanente no país, serão atribuídos os direitos inerentes a brasileiro nato.

(D) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

**15. Sobre a medida provisória, pode-se afirmar que:**

(A) Tal espécie normativa não sofre qualquer limitação de ordem material.

(B) A competência constitucional do Presidente da República para adotá-la, em caso de relevância e urgência, poderá ser delegada, mediante decreto, ao ministro de Estado da Justiça.

(C) Em qualquer caso, poderá o STF analisar o preenchimento dos requisitos de relevância e urgência estabelecidos constitucionalmente, tendo em vista o princípio da inafastabilidade da jurisdição.

(D) Trata-se de norma precária, pois se não for convertida em lei ordinária pelo Congresso Nacional, deixará de produzir os seus efeitos jurídicos.

**16. Considerando o que estabelecem as normas constitucionais sobre o Poder Executivo, pode-se afirmar que:**

(A) O Presidente da República, nas infrações penais comuns, ficará suspenso de suas funções se oferecida denúncia no STF.

(B) Em caso de relevância, o Presidente da República poderá adotar, em todas as matérias que são de sua iniciativa privativa, medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

(C) É de competência privativa do presidente da República a celebração de tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

(D) Nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República é julgado pela Câmara dos Deputados, sob a direção do Presidente do Supremo Tribunal Federal, com a necessária autorização prévia do Senado Federal.

**17. Com relação à aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção correta.**

(A) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação mediata, vez que não há direito fundamental absoluto.

(B) As normas constitucionais de eficácia limitada não produzem qualquer efeito no momento de sua entrada em vigor, dada a necessidade de serem integradas por meio de emenda constitucional ou de lei infraconstitucional.

(C) As normas constitucionais de eficácia contida gozam de eficácia plena enquanto não houver restrição, podendo seus efeitos ser limitados apenas pela atuação do legislador infraconstitucional.

(D) É norma de eficácia contida o dispositivo constitucional segundo o qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

**18. Acerca da Reclamação Constitucional, assinale a alternativa correta.**

(A) De acordo com o entendimento atual do STF, a Constituição Federal de 1988 somente autoriza o manejo de Reclamação perante os Tribunais Superiores, inexistindo a possibilidade de sua utilização perante as Cortes Estaduais.

(B) Conforme entendimento do STF, cabe reclamação da decisão que conceder ou negar a liminar proferida em ação direta de inconstitucionalidade.

(C) Tratando-se de decisão judicial que contrarie decisão específica do STF, caberá reclamação, pouco importando que a primeira já tenha transitado em julgado.

(D) O descumprimento de decisão do STF em ação direta de inconstitucionalidade que julgou norma estadual, pelo governador do respectivo ente federal, possibilita o ajuizamento de reclamação.

**19. No que tange as funções essenciais à Justiça, pode-se afirmar que:**

(A) O Ministério Público não abrange o Ministério Público Militar.

(B) Segundo o STF, a imunidade profissional assegurada ao advogado não impede que ele seja processado por crime de desacato decorrente de ato ou manifestação no exercício de sua profissão.

(C) A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

(D) O advogado é dispensável à administração da justiça.

**20. A respeito das comissões parlamentares de inquérito, instituídas pelo Congresso Nacional, é correto afirmar que:**

(A) Podem praticar, na apuração dos fatos que justificaram a sua instituição, quaisquer atos de competência das autoridades judiciais.

(B) A CPI não pode determinar a constrição de bens dos investigados.

(C) Conforme entendimento jurisprudencial consolidado, a CPI poderá determinar a interceptação telefônica, entretanto, não poderá realizar a quebra do sigilo telefônico.

(D) As CPIs podem promover a responsabilidade criminal dos infratores.

**Deontologia**

**21. O cargo de Presidente da Caixa dos Advogados é dos mais relevantes para a OAB. Um advogado eleito para tal cargo, não tendo como concluir o seu mandato, de acordo com as normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, deve prestar contas:**

(A) ao presidente do Conselho Federal titular.

(B) ao secretário do Conselho Seccional em exercício.

(C) ao coordenador do Conselho Fiscal ou Deliberativo.

(D) ao presidente da Caixa dos Advogados sucessor.

**22. De acordo com as normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, o Estágio Profissional de Advocacia é requisito para inscrição no quadro de estagiários da OAB, sendo correto afirmar:**

(A) É ministrado pela Seccional da OAB sem intervenção de entidade de ensino superior.

(B) Pode ser ofertado por instituição de ensino superior em convênio com a OAB.

(C) Deve ter carga horária mínima de 360 horas distribuídas em dois anos de atividade.

(D) Pode ocorrer a complementação de carga horária em escritórios sem credenciamento junto à OAB.

**23. Mariana, advogada recém-formada, está em dúvida quanto ao seu futuro profissional, porque, embora possua habilidade para a advocacia privada, teme a natural instabilidade da profissão. Por força dessas circunstâncias, pretende obter um emprego ou cargo público que lhe permita o exercício concomitante da profissão que abraçou. Por força disso, necessita, diante dos requisitos usualmente exigidos, comprovar sua efetiva atividade na advocacia. Diante desse contexto, de acordo com as normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.**

(A) O efetivo exercício da advocacia comprova-se pela atuação em um processo por ano, desde que o advogado subscreva uma peça privativa de advogado.

(B) O efetivo exercício da advocacia exige a atuação anual mínima em cinco causas distintas, que devem ser comprovadas por cópia autenticada de atos privativos.

(C) A atividade efetiva da advocacia, como representante judicial ou extrajudicial, cinge-se a dois atos por ano.

(D) O advogado deve comprovar, anualmente, a atuação em atos privativos, mediante declaração do Juiz onde atue, de três atos judiciais.

**24. Marcelo Ferraz é um brilhante acadêmico no curso de Direito, tendo, no decorrer dos anos, conseguido vários títulos universitários, dentre eles, medalhas e certificados. Indicado para representar a Universidade em que estudou, foi premiado em evento internacional sobre arbitragem. A repercussão desse fato aumentou seu prestígio e, por isso, recebeu numerosos convites para trabalhar em diversos escritórios de advocacia. Aceito o convite de um deles, passou a redigir minutas de contratos, sempre com supervisão de um advogado. Após um ano de estágio, conquistou a confiança dos advogados do seu setor e passou a ter autonomia cada vez maior. Diante dessas circunstâncias, passou a chancelar contratos sem a interferência de advogado. Nos termos do Estatuto da Advocacia, o estagiário deve atuar:**

(A) autonomamente, após um ano de estágio.

(B) conjuntamente com um advogado, nos atos da advocacia judicial.

(C) autonomamente em alguns atos mesmo não permitidos pelo advogado.

(D) vinculado ao advogado em atos judiciais, mas não em atos contratuais.

**25. Renato, advogado em início de carreira, é contactado para defender os interesses de Rodrigo que está detido em cadeia pública. Dirige-se ao local onde seu cliente está retido e busca informações sobre sua situação, recebendo como resposta do servidor público que estava de plantão que os autos do inquérito estariam conclusos com a autoridade policial e, por isso, indisponíveis para consulta e que deveria o advogado retornar quando a autoridade tivesse liberado os autos para realização de diligências. À luz das normas aplicáveis,**

(A) o advogado, diante do seu dever de urbanidade, deve aguardar os atos cabíveis da autoridade policial.

(B) o acesso aos autos, no caso, depende de procuração e de prévia autorização da autoridade policial.

(C) no caso de réu preso, somente com autorização do juiz pode o advogado acessar os autos do inquérito policial.

(D) o acesso aos autos de inquérito policial é direito do advogado, mesmo sem procuração ou conclusos à autoridade policial.

**26. O advogado Mário celebrou contrato de honorários com seu cliente, para atuar em reclamação trabalhista. No contrato restou estabelecido que, em caso de êxito, ele receberia, a título de honorários contratuais, o valor de 60% do que fosse recebido pelo cliente, que havia sido dispensado pelo empregador e encontra-se em situação econômica desfavorável. A respeito do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.**

(A) Mário não cometeu infração disciplinar, uma vez que tendo celebrado contrato de honorários, ele pode cobrar de seu cliente o valor que entender compatível com o trabalho desenvolvido.

(B) Mário não cometeu infração disciplinar, pois causas trabalhistas são muito complexas, justificando-se, assim, a cobrança de honorários elevados.

(C) Mário violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, segundo o qual os honorários profissionais devem ser fixados com moderação.

(D) Mário violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, que veda a cobrança de honorários profissionais com base em percentual do valor a ser recebido pela parte.

**27. O advogado Walter recebe correspondência eletrônica relatando fatos que o seu cliente apresentou como importantes para constar em processo judicial a ser iniciado. Expressamente, em outra mensagem também eletrônica, autorizou a utilização das informações nas peças judiciais. Proposta a ação, os fatos foram publicizados, vindo o cliente a se arrepender da autorização dada. Com isso, busca reverter a situação por ele criada. Diante da informação de que, uma vez nos autos processuais, não poderia haver retirada das petições apresentadas, ameaça o profissional com futura representação disciplinar. O cliente não negou ter autorizado a utilização das informações. Diante de tal quadro, é correto afirmar que:**

(A) mesmo com autorização, fatos considerados confidenciais na relação cliente-advogado não podem ser divulgados judicialmente.

(B) as confidências epistolares são protegidas pela imunidade absoluta quanto à sua publicidade.

(C) essa divulgação depende de autorização judicial.

(D) ao advogado é permitida a divulgação de confidências, com autorização do cliente.

**28. Como disposto na Lei Federal 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), o advogado que, por motivos de for íntimo, não mais deseje continuar patrocinando determinada causa deve:**

(A) renunciar ao mandato e continuar representando seu cliente por trinta dias, salvo se este constituir novo advogado antes do término do prazo.

(B) fazer um substabelecimento sem reservas de poderes para outro advogado e depois comunicar o fato ao cliente.

(C) comunicar ao cliente a renúncia ao mandato e funcionar no processo nos dez dias subsequentes, caso outro advogado não se habilite antes.

(D) comunicar ao cliente a desistência do mandato e indicar outro advogado para a causa, o qual deve ser, obrigatoriamente, contratado pelo cliente.

**29. Os advogados Roberto e Alfredo, integrantes da sociedade Roberto & Alfredo Advogados Associados, há muito atuavam em causas trabalhistas em favor da sociedade empresária “X”. A certa altura, o advogado Armando ingressou na sociedade de advogados. Armando, no entanto, já representava os interesses de ex-empregado da sociedade empresária “X”. Em razão disso, Armando não foi constituído para atuar nas causas do escritório envolvendo a sociedade empresária “X”, continuando, assim, a atuar em favor do ex-empregado. Por outro lado, Roberto e Alfredo não foram constituídos para advogar pelo ex-empregado. A partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.**

(A) Roberto, Alfredo e Armando agiram correta e eticamente, pois dividiram os clientes, de forma que nenhum deles advogasse, ao mesmo tempo, para clientes com interesses opostos.

(B) Roberto, Alfredo e Armando não agiram corretamente, pois, em causas trabalhistas, os advogados de partes com interesses opostos não podem ter qualquer tipo de relação profissional ou pessoal.

(C) Roberto, Alfredo e Armando não agiram correta e eticamente, pois os advogados sócios de uma mesma sociedade profissional não podem representar, em juízo, clientes com interesses opostos.

(D) Roberto, Alfredo e Armando não poderiam ter constituído a sociedade em questão, ainda que Armando deixasse de atuar na causa em favor do ex-empregado.

**30. O advogado Caio solicitou vista de autos de processo disciplinar instaurado na OAB contra seu desafeto, o advogado Tício. Caio justificou seu pedido afirmando que juntaria às informações contidas no processo disciplinar em questão as de um determinado processo judicial no qual ambos atuaram, visando, com isso, demonstrar que Tício costumava ter comportamento aético. Com relação à hipótese sugerida, assinale a afirmativa correta.**

(A) Caio não poderá ter acesso aos autos do processo disciplinar instaurado contra Tício, porque demonstrou que juntaria às informações nele contidas as de um processo judicial em que ambos atuavam, prejudicando, assim, a boa administração da justiça.

(B) Caio não poderá ter acesso aos autos do processo disciplinar instaurado contra Tício, uma vez que os processos disciplinares instaurados na OAB contra advogados tramitam em sigilo, até o seu término, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente.

(C) Caio poderá ter acesso aos autos do processo disciplinar instaurado contra Tício, desde que assine termo pelo qual se compromete a não divulgar a terceiros as informações nele contidas.

(D) Caio poderá ter acesso irrestrito aos autos do processo disciplinar instaurado contra Tício, uma vez que processos disciplinares instaurados na OAB contra advogados não tramitam em sigilo.

**Direito e Processo Penal**

**31. Marque a opção INCORRETA.**

(A) O concurso formal impróprio ocorre quando a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes decorrem de desígnios autônomos. Nesse caso, o juiz sempre aplicará cumulativamente as penas privativas de liberdade impostas.

(B) De acordo com o Código Penal, existe concurso material homogêneo quando, mediante mais de uma ação ou omissão, são praticados dois os mais crimes, idênticos ou não, com aplicação cumulativa das penas.

(C) Nas hipóteses de continuidade delitiva nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo.

(D) No concurso formal próprio, o agente mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não. Nesse caso, o juiz sempre aplicará a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

**32. Julgue os itens abaixo:**

**I. O erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, isenta o réu de pena em decorrência do afastamento da culpabilidade.**

**II. A descriminante putativa ocorre quando o agente, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.**

**III. São modalidades de erro de tipo acidental, isto é, o erro que recai sobre o elemento constitutivo do tipo legal de crime : (i) o erro sobre o objeto, (ii) o erro sobre a pessoa, (iii) o erro na execução e (iv) o resultado diverso do pretendido.**

**IV. O erro de tipo essencial, se inevitável, exclui dolo e culpa. Se evitável, exclui apenas o dolo, punindo pelo crime culposo, se existente.**

**V. Considera-se evitável o erro de proibição, se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.**

(A) Os itens II, III e V estão errados.

(B) Os itens I e III estão errados.

(C) Os itens I e II estão errados.

(D) Os itens I, III e IV estão errados.

**33. MARIA, após ser abordada por um pedinte no sinal de trânsito, lhe entrega uma cédula de R$ 100,00 (cem reais), acreditando se tratar de uma cédula de R$ 2,00 (dois reais). Diante do espanto e posterior alegria do referido pedinte, MARIA constata o erro e solicita o dinheiro de volta, ocasião em que o pedinte se nega a devolver o dinheiro. Iniciada a confusão, uma viatura da policia se aproxima e conduz todos para a delegacia. O pedinte foi autuado em flagrante pelo delegado de polícia, ante a prática do crime de apropriação indébita. De acordo com o caso narrado, tendo em vista a conduta do pedinte, assinale a opção correta.**

(A) MARIA praticou uma doação em erro e o pedinte não perpetrou nenhum crime, pois estava em erro de proibição.

(B) O pedinte praticou a contravenção penal de mendicância.

(C) O pedinte praticou furto mediante erro de outrem.

(D) O pedinte praticou o crime de apropriação indébita de coisa havida por erro.

**34. Marque a opção correta.**

(A) No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais aquelas de caráter objetivo.

(B) A pena-base será fixada atendendo-se ao critério do art. 59 do Código Penal; em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento.

(C) Verifica-se a reincidência quando o agente comete um crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por contravenção penal.

(D) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não é possível a compensação da circunstância agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea.

**35. Assinale a opção INCORRETA.**

(A) Não é possível a caracterização do instituto da desistência voluntária nos chamados crimes de mera conduta.

(B) A tentativa perfeita (crime falho) ocorre quando o agente esgota todos os meios que tinha a seu alcance para consumar o delito, não atingindo a consumação por circunstancias alheias a sua vontade.

(C) É crime impossível o agente que crê estar praticando um delito, quando na verdade realiza um comportamento atípico, indiferente sob o ponto de vista penal.

(D) Ocorre o arrependimento eficaz quando o agente após a prática de todos os atos de execução do crime, evita a consumação inicialmente pretendida.

**36. De forma a adaptar o Código de Processo Penal à Constituição da República e às novas tecnologias, o Congresso Nacional vem aprovando diversas leis que alteram aquele Diploma Legal. Entre elas, está a Lei nº 12.403/2011, que modifica o Código de Processo Penal no que tange à prisão e às medidas cautelares. Acerca das alterações promovidas pela referida lei, é INCORRETO afirmar que:**

(A) não mais existe a prisão especial para os diplomados por quaisquer das faculdades superiores da República.

(B) se a infração for inafiançável, a falta de exibição do mandado não obstará à prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado.

(C) qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu.

(D) as pessoas presas provisoriamente ficarão separadas das que já estiverem definitivamente condenadas, nos termos da lei de execução penal.

**37. Mévio, primário, de bons antecedentes e regularmente identificado, está sendo investigado em regular inquérito policial, acusado de praticar crime de contrabando na forma simples, punido com reclusão de um a quatro anos. Nesse caso:**

(A) o Juiz poderá aplicar de ofício a José, durante a fase investigatória, uma das medidas cautelares substitutivas da prisão preventiva, desde que presentes os pressupostos legais para tanto.

(B) o Juiz poderá decretar, de ofício, durante a fase investigatória, presentes os requisitos legais, a prisão preventiva de José.

(C) havendo prisão em flagrante, a Autoridade Policial não poderá arbitrar a fiança ao réu, cabendo exclusivamente ao Magistrado fixá-la.

(D) o Juiz, em regra, não poderá decretar a prisão preventiva de José.

**38. Tício, funcionário público, responde a processo criminal em liberdade, acusado de praticar crime de prevaricação. No curso do processo, após instauração de incidente de sanidade mental, os peritos concluem pela semi-imputabilidade do agente. Neste caso, o juiz:**

(A) não poderá determinar a internação provisória do acusado, porque o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça.

(B) poderá determinar a internação provisória do acusado, havendo risco de reiteração da conduta.

(C) poderá determinar a internação provisória do acusado, pelo prazo máximo de sessenta dias, havendo risco de reiteração da conduta.

(D) não poderá determinar a internação provisória do acusado, porque a pena mínima cominada ao crime não é igual ou superior a quatro anos.

**39. Dispõe o art. 5.º, inc. LVI, da Constituição Federal que “são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos”. Trata-se do “Princípio da vedação das provas ilícitas”, também invocado no art. 157 do Código de Processo Penal. Sobre este tema, assinale a opção que contenha assertiva falsa:**

(A) A reforma processual penal promovida pela Lei n.º 11.690/2008 distanciou-se da doutrina e jurisprudência pátrias que distinguiam as provas ilícitas das ilegítimas, concebendo como provas ilícitas tanto aquelas que violem disposições materiais como processuais.

(B) São admissíveis as provas derivadas das ilícitas quando puderem ser obtidas por meio que por si só – seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal – seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

(C) É praticamente unânime na doutrina e na jurisprudência pátrias o entendimento que não admite a utilização no processo penal da prova favorável ao acusado se colhida com infringência a direitos fundamentais seus ou de terceiros.

(D) São admissíveis as provas derivadas das ilícitas quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras.

**40. A respeito dos princípios gerais e informadores do processo penal, assinale a opção correta:**

(A) Não há previsão legal do contraditório na fase de investigação e a sua inexistência não configura violação à Constituição Federal (CF).

(B) Em determinados crimes é permitido ao juiz a iniciativa da ação penal condenatória, como no caso de procedimentos especiais, a exemplo do processo e julgamento dos crimes de falência.

(C) A exigência de sigilo das investigações prevista no Código de Processo Penal (CPP) impede, de forma absoluta, o acesso aos autos a quem quer que seja, sempre que houver risco ao bom andamento das investigações.

(D) No conflito entre o *jus puniendi* do Estado, de um lado, e o *jus libertatis* do acusado, a balança deve se inclinar a favor do primeiro, porquanto prevalece, em casos tais, o interesse público.

**Empresarial**

**41. Alfredo Chaves exerce, em caráter profissional, atividade intelectual de natureza literária, com a colaboração de auxiliares. O exercício da profissão constitui elemento de empresa. Não há registro da atividade por parte de Alfredo Chaves em nenhum órgão público.**

**Com base nessas informações e nas disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta.**

(A) Alfredo Chaves não é empresário, porque exerce atividade intelectual de natureza literária.

(B) Alfredo Chaves não é empresário, porque não possui registro em nenhum órgão público.

(C) Alfredo Chaves é empresário, independentemente da falta de inscrição na Junta Comercial.

(D) Alfredo Chaves é empresário, porque exerce atividade não organizada em caráter profissional.

**42. Sobre a distinção entre endosso e cessão de crédito, assinale a afirmativa correta.**

(A) A cessão de crédito é a forma de transmissão dos títulos à ordem, enquanto o endosso é a forma de transmissão dos títulos não à ordem.

(B) A cessão de crédito ao cessionário pode ser parcial ou total, enquanto o endosso deve ser feito pelo valor integral do título, sob pena de nulidade.

(C) A eficácia do endosso em relação aos devedores do título depende de sua notificação; na cessão de crédito, a eficácia decorre da simples assinatura do cedente no anverso do título.

(D) O direito de crédito do endossatário é dependente das relações do devedor com portadores anteriores; o direito do cessionário é literal e autônomo em relação aos portadores anteriores.

**43. Terezinha, sócia minoritária e administradora da sociedade Z & Cia. Ltda., com participação de 23% no capital social, foi excluída da sociedade por ter se apropriado de bens sociais e alienado-os de forma fraudulenta. A exclusão extrajudicial observou todos os requisitos legais, tendo sido inclusive, aprovada em assembleia própria, com quórum superior à metade do capital social. Após a deliberação, foi alterado o contrato social com a nova composição societária e realizado o arquivamento na Junta Comercial.**

**Efetuado o registro da alteração contratual, Z & Cia. Ltda. deverá:**

(A) realizar a liquidação das quotas de Terezinha, com base no último balanço aprovado; a ex-sócia não responderá pelas obrigações sociais anteriores porque, na sociedade limitada, sua responsabilidade é restrita ao valor do capital social.

(B) ser dissolvida, cabendo aos sócios remanescentes investir o liquidante em suas funções; a ex-sócia receberá o valor de suas quotas, apurado com base em balanço especial, no curso da liquidação, após o pagamento aos credores.

(C) reduzir compulsoriamente o capital, sendo vedado aos demais sócios suprir o valor da quota de Terezinha; está responderá subsidiariamente pelas obrigações sociais até dois anos contados da data da deliberação que a excluiu da sociedade.

(D) realizar a liquidação das quotas de Terezinha, com base em balanço especial; a ex-sócia responderá pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após a averbação da resolução da sociedade na Junta Comercial.

**44. Uma das obrigações da sociedade empresária é seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.**

**A partir do exposto, assinale a afirmativa correta.**

(A) A ausência de autenticação dos instrumentos de escrituração na Junta Comercial não impede que os livros da sociedade empresária sejam utilizados em juízo como prova documental a seu favor.

(B) Em razão da evolução tecnológica, passou a ser vedada a escrituração manual do Livro Diário, devendo a sociedade empresária adotar livros digitais para a escrituração de suas operações.

(C) O balanço patrimonial deverá exprimir, com fidelidade e clareza, a situação real da empresa e indicará o ativo e o passivo distintamente.

(D) Os assentos lançados nos livros da sociedade empresária, por qualquer dos contabilistas encarregados da sua escrituração, não obrigam a pessoa jurídica, se tais livros não estiverem autenticados na Junta Comercial.

**45. A Comissão de Valores Mobiliários poderá impor aos infratores de suas Resoluções, das normas da Lei n.6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e da Lei n. 6.385/76(Lei do Mercado de Valores Mobiliários), dentre outras, a penalidade de inabilitação temporária, até o máximo de 20 (vinte) anos, para o exercício do cargo de administrador nas entidades relacionadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.**

(A) Companhia Aberta.

(B) Distribuidora de Valores Mobiliários.

(C) Sociedade em Comum.

(D) Bolsa de Valores.

**Direito e Processo Civil**

**46. Assinale a alternativa correta.**

( A) São infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

( B) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, a divida toda.

( C) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 60 (sessenta) dias depois de oficialmente publicada.

( D) Configura-se lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

**47. Assinale a alternativa correta.**

(A) A interrupção da prescrição poderá ocorrer várias vezes.

( B) No Brasil o regime da Comunhão Universal de bens é o regime legal.

( C) Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

( D) O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, descendentes, aos irmãos e aos tios do conjugue ou do companheiro.

**48. Sobre os contratos que regulam relações de consumo, é CORRETO afirmar que:**

( A) As declarações de vontade constantes de escritos particulares, por regra, não vinculam o fornecedor.

( B) A inserção de cláusula no formulário previamente impresso não desfigura a natureza do contrato de adesão.

( C) As cláusulas contratuais que transfiram responsabilidades a terceiros somente serão anuláveis em caso de prejuízo para o consumidor.

( D) A nulidade de uma cláusula contratual abusiva somente invalida o contrato quando de sua ausência decorrer ônus excessivo para o consumidor.

**49. A vigência das leis, no tempo, está sob diretriz genérica do artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Civil (decreto-lei nº 4657/42), salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país:**

( A) 15 dias depois de oficialmente publicada.

( B) 30 dias depois de oficialmente publicada.

( C) 45 dias depois de oficialmente publicada.

( D) 90 dias depois de oficialmente publicada.

**50. Sobre a inscrição dos imóveis no Cadastro Imobiliário, indique abaixo a afirmativa correta.**

( A) O Registro de Alteração só será promovido pelo seu proprietário.

( B) No caso de condomínio diviso, a inscrição só poderá ser promovida por cada um dos condôminos.

( C) No caso de condomínio diviso, a inscrição só poderá ser promovida pelo seu síndico.

( D) A inscrição poderá ser promovida pelo comprador, no caso de compromisso de compra e venda.

**51. O agravo de instrumento:**

(A) não pode ser convertido em agravo retido pelo relator, ainda que entenda que a decisão não é suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação.

(B) pode ser interposto no prazo de dez dias, contados da publicação da decisão impugnada, e independe de preparo.

(C) é um recurso exclusivo da parte autora, para submeter à superior instância o reexame de decisões interlocutórias.

(D) não comporta recurso adesivo, mesmo que tenha sido interposto no prazo para a resposta do agravado.

**52. A respeito dos embargos de declaração, considere:**

**I. Têm por finalidade revisar ou anular decisões judiciais.**

**II. Podem ser opostos quando, na sentença, houver contradição.**

**III. Não são cabíveis quando houver obscuridade em acórdão.**

**Está correto o que consta APENAS em:**

( A) I e III.

( B) I e II.

( C) II.

( D) II e III.

**53. Na apelação,**

( A) a decisão que relevar a pena de deserção pode ser objeto de agravo de instrumento.

( B) o recorrente não poderá desistir do recurso sem a anuência dos litisconsortes.

( C) o prazo para responder é de 10 dias, quando a sentença tiver sido proferida em audiência.

( D) constatando a ocorrência de nulidade sanável, o tribunal poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes.

**54. No que concerne à execução por quantia certa contra devedor solvente,**

( A) são, absolutamente, impenhoráveis os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão.

( B) podem ser penhorados, à falta de outros bens, os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis destinados à satisfação de prestação alimentícia.

( C) o executado pode remir a execução, pagando ou consignando a importância atualizada da dívida, mais juros, custas e honorários advocatícios, até trinta dias após a adjudicação ou alienação dos bens penhorados.

( D) a impenhorabilidade é oponível à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem.

**55. Numa execução por quantia certa contra devedor solvente, os embargos do executado:**

( A) só poderão ser rejeitados liminarmente quando intempestivos.

( B) só poderão ser opostos pelo executado se tiver ocorrido penhora, depósito ou caução.

( C) deverão, em regra, ser processados com efeito suspensivo salvo entendimento judicial contrário, em decisão fundamentada.

( D) serão oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. A Empresa Leia Mais, editora de livros, admitiu e dispensou Arnaldo como empregado na função de jornalista, que nada recebeu a título de verbas rescisórias. O sócio de Leia Mais também dirige a Empresa Tô Seguro, que explora o ramo de vigilância e segurança. Considerando que Arnaldo nunca prestou qualquer tipo de serviço para a empresa Tô Seguro, ao ingressar com reclamação trabalhista, terá direito a mover ação contra:**

(A) a Empresa Leia Mais apenas, por serem empresas com objetos sociais distintos, não podendo se caracterizarem como grupo econômico.

(B) ambas as empresas, alegando grupo econômico e responsabilidade subsidiária da Empresa Tô Seguro no pagamento de suas verbas trabalhistas.

(C) ambas as empresas, alegando grupo econômico e responsabilidade solidária entre elas no pagamento de suas verbas trabalhistas.

(D) a Empresa Leia Mais apenas, sua empregadora, sendo que em caso de inadimplência, poderá ingressar novamente contra a Empresa Tô Seguro.

**57. Com base na legislação trabalhista, assinale a alternativa correta.**

(A) O contrato de trabalho só poderá ser firmado por escrito.

(B) A verdade formal prevalece sobre a verdade real.

(C) Os contratos de trabalho podem ser celebrados por tempo determinado ou indeterminado.

(D) O contrato de experiência tem o prazo máximo de noventa dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

**58. Com base na legislação vigente e na jurisprudência dominante do TST, considere:**

**I. Excedendo de seis horas o trabalho, será obrigatório um intervalo de quinze minutos quando a duração ultrapassar quatro horas.**

**II. Considera-se ilegal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.**

**III. A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho.**

**IV. Os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada.**

**Está correto o que consta APENAS em:**

(A) II e IV.

(B) I, III e IV.

(C) I, II e III.

(D) III e IV.

**59. Em relação à limitação da jornada de trabalho:**

(A) serão computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

(B) o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será, em qualquer hipótese, computado na jornada de trabalho.

(C) para as microempresas e empresas de pequeno porte, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, poderão ser fixados, por meio de acordo ou convenção coletiva, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração.

(D) a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de três horas diárias, desde que haja previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

**60. A respeito da remuneração, estabelecida no capítulo II, Título IV – do contrato individual do trabalho – da CLT, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.**

**( ) Gratificações ajustadas e diárias para viagens pagas pelo empregador não integram o salário.**

**( ) Assistências médica, hospitalar e odontológica, prestadas diretamente ou mediante seguro-saúde e concedidas pelo empregador são utilidades consideradas como salário.**

**( ) Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo.**

**( ) Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações “*in natura*” que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.**

(A) V/ V/ V/ V

(B) V/ F/ V/ F

(C) F/ F/ F/ F

(D) F/ F/ V/ V

**61. Em relação à competência material da Justiça do Trabalho:**

(A) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho devem ser julgadas pela Justiça Federal, nos termos do artigo 109da CF/88.

(B) Desde a promulgação da CF/88, a Justiça do Trabalho é competente para julgar ações impostas pelos órgãos de fiscalização, em matéria trabalhista, aos empregadores.

(C) A Emenda Constitucional no 45/04, deu nova redação ao artigo 114 da CF/88, estabelecendo que cabe à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

(D) Não é competente, de ofício, para executar as contribuições previdenciárias das sentenças que proferir.

**62. A empresa Deuses do Olimpo Produções S/A foi citada para responder reclamatória trabalhista que tramita pelo procedimento ordinário e comparecer à audiência UNA (conciliação, instrução e julgamento), designada trinta dias após a sua notificação. Entretanto, o representante legal da empresa reclamada, por mero esquecimento, não compareceu à audiência designada. O reclamante compareceu à audiência sem a presença de seu advogado. O advogado da reclamada, presente em audiência, pretendeu apresentar defesa oral. Nessa situação, com fundamento na lei e em jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho TST, o Juiz deverá:**

(A) arquivar a reclamatória diante da ausência de uma das partes e do advogado do reclamante, tendo em vista que este não pode atuar pessoalmente na Justiça do Trabalho.

(B) adiar a audiência para outra data possibilitando o comparecimento do advogado do reclamante e do representante legal da reclamada.

(C) permitir ao patrono da empresa a apresentação de defesa oral e adiar a audiência para que o advogado do reclamante tome ciência da defesa e apresente réplica nos autos.

(D) aplicar a revelia e consequente confissão quanto à matéria de fato à reclamada ausente não permitindo que seu advogado apresente defesa oral diante do motivo da ausência não ser relevante e prosseguir com o processo sem adiar a audiência.

**63. Brunete ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa “LH Ltda.”, alegando ter exercido seu labor em ambiente insalubre, dando à causa o valor de R$ 21.500,00. Foi deferida a prova pericial requerida por Brunete, tendo o perito nomeado pelo Juízo apresentado o referido laudo pericial. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, as partes:**

(A) obrigatoriamente se manifestarão oralmente na audiência em razão da oralidade existente neste tipo de procedimento processual.

(B) serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo sucessivo de dez dias, iniciando-se por Brunete.

(C) serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de cinco dias.

(D) serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo sucessivo de cinco dias, iniciando-se por Brunete.

**64. Considere a seguinte hipótese: Reclamação trabalhista ajuizada perante o Juiz de Direito, tendo em vista que aquela localidade não estava abrangida por jurisdição de Vara do Trabalho, sendo pelo mesmo processada e julgada. Inconformadas as partes com o teor da sentença, devem interpor recurso:**

(A) de apelação para o Tribunal de Justiça do Estado.

(B) de apelação para o Tribunal Regional do Trabalho.

(C) ordinário para o Tribunal de Justiça do Estado.

(D) ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho.

**65. Sobre os recursos no Processo do Trabalho, conforme previsão legal é correto afirmar:**

(A) O Agravo de Instrumento é o recurso cabível para questionar as decisões interlocutórias, devendo ser interposto no prazo de 8 (oito) dias.

(B) No Tribunal Superior do Trabalho cabem Embargos, no prazo de 8 (oito) dias das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ainda que a decisão recorrida esteja em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do próprio TST.

(C) Cabe Recurso Ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 15 (quinze) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

(D) O Agravo de Petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.

**Direito Tributário**

**66. Obedece ao princípio da anterioridade de exercício, mas não obedece ao princípio da anterioridade nonagesimal (noventena) o imposto sobre:**

(A) a alteração da base de cálculo do IPTU.

(B) produtos industrializados (IPI).

(C) importação (II).

(D) serviço de qualquer natureza (ISS).

**67. Marque a opção correta.**

**I - Tendo em vista situação de relevância e urgência, qual seja uma inundação causada por chuvas intensas, o Presidente da República edita medida provisória criando empréstimo compulsório na forma do art. 148, I da CRFB e cobra imediatamente dos contribuintes.**

**II – Majorada alíquota de IPI em 01 de março de 2007 ele poderá ser cobrado 90 dias depois, no mesmo exercício financeiro.**

**III – O IPTU não se submete a noventena quando for alterada sua alíquota.**

**Estão corretas:**

(A) as assertivas I e II.

(B) as assertivas I e III.

(C) as assertivas II e III.

(D) somente a assertiva II.

**68. Pelo princípio da legalidade, estão corretas as seguintes afirmativas, exceto:**

(A) Um tributo não pode ser criado ou majorado senão em virtude de lei.

(B) Medida provisória, preenchidos os requisitos constitucionais, pode criar ou majorar tributos.

(C) Decreto do poder executivo não pode criar ou alterar alíquotas de tributos em nenhuma hipótese.

(D) A instituição de um tributo por meio de Lei Complementar não viola o princípio da legalidade.

**69. Os lançamentos do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) são lançamentos:**

(A) por declaração ou misto, ambos.

(B) de ofício ou direto, ambos.

(C) por homologação e de ofício, respectivamente.

(D) por declaração e de ofício, respectivamente.

**70. Em 2005, Ismália não apresentou à Receita Federal a “declaração de isento”, exigida de todos aqueles inscritos no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), cuja renda anual não ultrapassa a faixa de isenção do Imposto de Renda. Supondo que o descumprimento de tal obrigação fosse apenada, pela lei federal, com multa no valor de R$ 150,00, é CORRETO afirmar que a União Federal:**

(A) ao exigir de Ismália o pagamento daquele valor estaria exigindo o cumprimento de obrigação tributária acessória.

(B) ao exigir de Ismália o pagamento daquele valor estaria exigindo o cumprimento de obrigação tributária principal.

(C) não poderia exigir o pagamento daquele valor de Ismália, mas apenas da fonte pagadora.

(D) estaria aplicando a chamada norma geral antielisão, cujo objetivo é desconsiderar atos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |